

**José Miguel Garcia Medina**

# **Execução e cumprimento de sentença**

**Teoria geral, princípios fundamentais e procedimento  
das ações executivas no processo civil brasileiro**

7ª edição • revista, atualizada e ampliada

**THOMSON REUTERS**

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Jéssica Viana Bezerra

*Analistas de Operações Editoriais:* Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patricia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Adaptação capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Medina, José Miguel Garcia

Execução e cumprimento de sentença : teoria geral, princípios fundamentais e procedimento das ações executivas no processo civil brasileiro / José Miguel Garcia Medina.-- 7. ed. rev., atual. e ampl.-- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-0017-5

1. Cumprimento da sentença 2. Execução (Direito) 3. Processo civil - Brasil 4. Processo de execução - Brasil I. Título.

23-166484

CDU-347.952(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Execução : Processo civil 347.952(81)

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
NOTA À 7. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	7
1 <sup>a</sup> PARTE – TEORIA GERAL E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA EXECUÇÃO.....	21
1. Teoria geral da execução.....	21
1.1. Tutela jurisdicional executiva .....	21
1.1.1. Jurisdição e concretização dos direitos. A execução forçada como uma das modalidades de tutela jurisdicional .....	21
1.1.2. A execução tem por fim restaurar um direito violado ou impedir a ocorrência de tal violação .....	25
1.1.3. O aumento da importância do papel do juiz na criação da solução jurídica adequada para a atuação executiva dos direitos. Repercussão processual interna e externa.....	28
1.1.4. A construção da solução jurídica no processo, frente aos parâmetros fornecidos pelo sistema jurídico.....	31
1.2. Ações de conhecimento e ações de execução .....	32
1.3. Espécies de ações executivas .....	35
1.3.1. Supressão da unificação procedimental dos meios executórios .....	35
1.3.2. Variações de ações executivas e opções do demandante .....	37

1.4.	Espécies de meios executivos.....	39
1.4.1.	Perfis gerais. Ainda o conceito de execução forçada. Execução direta (ou por sub-rogação) e indireta (ou por coerção). As medidas coercitivas no quadro da tutela jurisdicional executiva .....	39
1.4.2.	Correlação entre a medida executiva (direta ou indireta) e o direito tutelado .....	42
1.5.	A interação entre os sujeitos processuais na execução .....	45
1.5.1.	Direção formal e material do processo de execução pelo juiz .....	45
1.5.2.	Órgão judicial e auxiliares da justiça .....	46
1.5.3.	Boa-fé objetiva.....	47
1.5.4.	Dever de cooperação. Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	51
1.6.	Responsabilidade executiva .....	54
1.6.1.	Fundamentos .....	54
1.6.2.	Responsabilidade pessoal.....	55
1.6.3.	Responsabilidade patrimonial .....	56
1.6.3.1.	Perfis gerais.....	56
1.6.3.2.	Responsabilidade patrimonial no plano subjetivo. Responsabilidade primária e secundária .....	57
1.6.3.3.	Responsabilidade patrimonial no plano objetivo. Bens impenhoráveis .....	61
1.6.3.4.	Fraude à execução .....	62
1.7.	Execução singular e universal.....	68
1.7.1.	Execução universal (ou geral).....	68
1.7.2.	Insolvência civil e falência. Recuperação judicial de empresa .....	70
2.	Princípios fundamentais da execução .....	75
2.1.	Definição dos princípios.....	75
2.1.1.	Uma noção de princípio. Polissemia, evolução e distinções prévias. Variações sobre o tema .....	75
2.1.2.	Sobre regras, princípios e valores.....	81
2.1.3.	Um sistema com regras e princípios: o direito vivo.....	88
2.1.4.	Como se formulam os princípios jurídicos? Da problemática concreta ao critério da fecundidade dos princípios .....	92
2.1.5.	A tradicional classificação entre princípios informativos e fundamentais... ..	96
2.1.6.	Princípios de organização técnica .....	99
2.1.7.	Princípios fundamentais da tutela jurisdicional executiva.....	100

2.2.	Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida.....	105
2.2.1.	Do surgimento do título executivo à sua dispensabilidade para a execução .....	105
2.2.1.1.	Sobre a necessidade de revisão das teorias relativas ao título executivo ou de elaboração de outras, capazes de abranger as novas estruturas jurídicas .....	105
2.2.1.2.	Execução <i>cum titulo</i> e execução <i>sine titulo</i> . Breves referências históricas .....	109
2.2.1.3.	Execução <i>sine titulo</i> nas legislações modernas. Primeira referência à técnica monitoria .....	114
2.2.1.4.	A necessidade do título executivo para a realização de todos os atos executivos, inclusive os atos executivos satisfativos. Título executivo e concurso singular de credores .....	118
2.2.1.5.	O documento na configuração do título executivo. A eficácia executiva de atos orais.....	121
2.2.1.6.	Execução da decisão que antecipa efeitos da tutela e título executivo. A falsidade da máxima <i>ubi executio, ibi titulus</i> .....	125
2.2.1.7.	A realização de atos executivos no mesmo processo, independentemente de nova demanda. As sentenças executivas.....	131
2.2.1.8.	Significado dos princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida.....	133
2.2.2.	Natureza do título executivo.....	136
2.2.2.1.	O papel da norma jurídica na definição do título executivo. A abstração do título executivo .....	136
2.2.2.2.	Título executivo e prescindibilidade da certeza.....	140
2.2.2.3.	Sanção, condenação e título executivo.....	143
2.2.2.4.	O título executivo como fato jurídico .....	147
2.2.2.5.	O documento (ou “representação documental típica”) na configuração do título executivo .....	148
2.2.2.6.	Título executivo em sentido substancial e em sentido formal.....	153
2.2.2.7.	Título executivo como suporte fático ao qual a norma atribui eficácia executiva .....	157
2.2.3.	Estrutura e requisitos do título executivo e da obrigação nele veiculada ...	158
2.2.3.1.	Tipicidade, segurança e função do título executivo. Execução <i>sine titulo</i> e atipicidade.....	158
2.2.3.2.	Taxatividade, tipicidade e limites à incidência do art. 190 do CPC/2015. Dispensa de cláusula executiva .....	165
2.2.3.3.	Distinção entre requisitos do título executivo e elementos da obrigação nele veiculada .....	167
2.2.3.4.	Obrigação certa, líquida e exigível .....	169
2.2.4.	Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Títulos executivos parajudiciais ou mistos.....	185

2.2.5.	<i>Nulla executio sine titulo</i> , cognição judicial e vedação (absoluta ou relativa) de oposição do executado.....	187
2.2.6.	Criação legislativa do título executivo e critério da proporcionalidade .....	193
2.2.7.	<i>Nulla executio sine titulo</i> e execução sem título, no CPC/2015 .....	196
2.3.	Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução .....	199
2.3.1.	Da autonomia ao sincretismo.....	199
2.3.2.	As causas da autonomia entre processo de conhecimento e de execução e a suposta incompatibilidade entre as atividades realizadas em cada um desses processos .....	203
2.3.3.	Principal consequência da adoção do princípio da autonomia: imprescindível pureza das atividades a serem realizadas nos processos de conhecimento e de execução .....	210
2.3.4.	Desconstituição dos atos executivos por ação autônoma paralelamente ou após a extinção do processo de execução.....	215
2.3.5.	Possibilidade de repetição de indébito, após a extinção da execução, na hipótese de inexistência ou nulidade da obrigação .....	217
2.3.6.	Manifestações do princípio do sincretismo entre cognição e execução no direito brasileiro .....	219
2.3.7.	Teoria geral da sentença executiva (as denominadas “ações executivas <i>lato sensu</i> ”).....	223
2.3.7.1.	Importância da sentença condenatória no direito atual.....	223
2.3.7.2.	Diversidade de critérios apontados pela doutrina para a distinção entre sentenças condenatórias e executivas.....	226
2.3.7.3.	Restrição da sentença executiva à tutela dos direitos reais (ou absolutos).....	230
2.3.7.4.	Primeira referência à decisão mandamental. Distinção preliminar entre decisões condenatória, executiva e mandamental.....	248
2.3.7.5.	Oposição aos atos executivos no cumprimento de decisão executiva .....	253
2.3.8.	Cognição sumária a execução .....	254
2.3.8.1.	Tutela provisória, de urgência ou de evidência, pronunciamentos judiciais de execução imediata fundados em cognição sumária. Persistência do binômio condenação e execução? .....	254
2.3.8.2.	Tutela monitoria e execução.....	256
2.3.9.	Cognição não definitiva e execução.....	261
2.3.10.	A cognição judicial nas execuções fundadas em título executivo. Mérito e objeto litigioso. Primeira reflexão sobre a exceção de pré-executividade... ..	267
2.3.11.	Cognição e execução no CPC/2015.....	276

2.4. Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas. Os poderes de execução do juiz e seus limites.....	277
2.4.1. Execução por sub-rogação e por coerção. Execução por coerção e sentença condenatória.....	277
2.4.2. Correlação entre a atuação executiva e o resultado prático pretendido .....	281
2.4.3. Tipicidade e atipicidade das medidas executivas e concentração dos poderes de execução do juiz. Critérios essenciais para o estabelecimento de medidas executivas.....	283
2.4.4. Tipicidade temperada pela atipicidade. A regra prevista no art. 139, IV do CPC/2015 .....	292
2.4.5. Ainda os limites aos poderes de execução do juiz. Meio mais idôneo e menor restrição possível (ou menor onerosidade) e execução por sub-rogação .....	297
2.4.5.1. Fecundidade dos princípios mesmo diante da tipicidade das medidas executivas.....	297
2.4.5.2. Grau de atipicidade da execução da decisão que antecipa os efeitos da tutela.....	299
2.4.5.3. Deveres de fazer infungíveis e medidas executivas sub-rogatórias. Relativização do conceito e “resultado prático equivalente” ..	300
2.4.5.4. O exemplo da sentença substitutiva da declaração de vontade. Infungibilidade natural e infungibilidade jurídica.....	302
2.4.5.5. Execução específica de obrigação de fazer e não fazer contra o Estado. Possibilidade de substituição do agente do Poder Público para o cumprimento de dever de fazer e de entregar coisa.....	303
2.4.6. Os poderes de execução do juiz em relação às medidas coercitivas (execução indireta) .....	307
2.4.6.1. Breve referência histórica. Da <i>manus injectio</i> no direito romano à regra <i>nemo potest cogi ad factum</i> do direito liberal francês. O princípio da intangibilidade corporal em razão de dívidas e o princípio da patrimonialidade .....	307
2.4.6.2. As medidas coercitivas previstas no CPC/2015. Medidas patrimoniais, pessoais e híbridas .....	309
2.4.6.3. Fungibilidade natural (ou material) e jurídica e cabimento de medidas coercitivas .....	310
2.4.6.4. As medidas coercitivas patrimoniais no direito brasileiro. Paralelo entre a multa e as <i>astreintes</i> do direito francês .....	312
2.4.6.5. Distinção entre medidas coercitivas e sancionatórias previstas no CPC/2015.....	313
2.4.6.6. A prisão civil como medida executiva coercitiva .....	314
2.4.7. A tutela mandamental e sua importância no direito brasileiro .....	315

2.4.7.1. <i>Injunctions e contempt of court</i> . Breve referência às medidas coercitivas pessoais existentes em outros ordenamentos jurídico-processuais .....	315
2.4.7.2. Breve distinção preliminar: prisão por dívidas e prisão decorrente do crime de desobediência à ordem judicial.....	317
2.4.7.3. Ainda a distinção entre decisão condenatória e mandamental...	318
2.4.7.4. Restrição da tutela mandamental à violação dos deveres legais, com exclusão das obrigações convencionais.....	320
2.4.7.5. Insuficiência das classificações doutrinárias existentes. Expedição de ordem judicial em caráter principal e incidental, <i>ex officio</i> ou mediante requerimento da parte.....	322
2.4.7.6. Cumprimento da ordem ou da obrigação? .....	324
2.4.7.7. A questão da ordem sob pena de multa.....	325
2.4.7.8. Ainda sobre as consequências do descumprimento de decisão mandamental .....	330
2.4.8. O CPC/2015 entre a tipicidade e a atipicidade das medidas executivas .....	332

## 2ª PARTE – PROCEDIMENTO DAS AÇÕES EXECUTIVAS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO..... 335

3. Obrigação de pagar quantia certa em dinheiro – Execução fundada em título extrajudicial .....	335
3.1. Fases do processo de execução .....	335
3.2. Ajuizamento da execução.....	336
3.2.1. Petição inicial. Perfis gerais.....	336
3.2.2. Juízo competente para a execução .....	337
3.2.3. Partes na execução .....	339
3.2.3.1. Aspectos gerais. Exequente e executado. Devedor e responsável...	339
3.2.3.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	346
3.2.4. Título executivo.....	353
3.2.4.1. Repercussão do título executivo, no processo de execução .....	353
3.2.4.2. Instrução da petição inicial com o título executivo .....	355
3.2.4.3. Vícios que impedem a formação total ou parcial do título. Correção ou emenda.....	357
3.2.4.4. Forma eletrônica dos títulos de crédito e configuração do título executivo .....	358
3.2.4.5. Demonstração de que o título executivo contém obrigação certa, líquida e exigível. Demonstrativo de débito atualizado. Demonstração de ocorrência de condição ou termo .....	359

3.2.4.6. Aspectos controvertidos quanto à formação dos títulos executivos previstos no art. 784 do CPC/2015 e em outras disposições legais .....	365
3.2.5. Pedido de tutela executiva e requerimentos. Requerimento de medidas a serem realizadas antes da citação e de medidas urgentes .....	374
3.2.6. Valor da causa, na execução.....	378
3.3. Juízo de admissibilidade positivo, negativo e ordinatório da execução. Rejeição da execução em razão da prescrição. Admissão da execução e fixação de honorários advocatícios .....	380
3.4. Atos executivos realizados na fase inicial do processo. Arresto, penhora, averbação da execução .....	386
3.5. Citação .....	390
3.5.1. Modalidades. Repercussão, quanto à prática de atos executivos .....	390
3.5.2. Não localização do executado e arresto executivo. Arresto <i>on-line</i> .....	392
3.5.3. Citação e pagamento. Pagamento imediato, em parcelas e no curso do processo executivo .....	394
3.6. Variações das formas de oposição à execução. Defesa por simples petição nos próprios autos de execução (exceção de pré-executividade). Ação de conhecimento autônoma. Embargos à execução .....	397
3.7. Embargos à execução .....	400
3.7.1. Natureza dos embargos à execução .....	400
3.7.2. Objeto e conteúdo dos embargos à execução .....	403
3.7.3. Prazo para a oposição dos embargos à execução.....	405
3.7.4. Execução por carta e oposição de embargos .....	407
3.7.5. Desnecessidade de penhora, depósito ou caução para a apresentação de embargos à execução. Variações, em leis especiais .....	407
3.7.6. Embargos e suspensão dos atos executivos.....	408
3.7.7. Processamento dos embargos à execução: admissibilidade, contraditório, instrução e julgamento .....	412
3.8. Atos executivos na execução por quantia em dinheiro .....	414
3.8.1. Breve comparação entre obrigação de dar dinheiro, outras obrigações de dar e obrigações de fazer .....	414
3.8.2. Obrigação de dar dinheiro e expropriação .....	415
3.8.3. Execução direta (por sub-rogação) ou indireta (por coerção). Medidas executivas admissíveis .....	416
3.8.4. Primazia da expropriação simples .....	417

3.8.5.	Modalidades de atos expropriatórios.....	418
3.8.6.	Início dos atos executivos.....	419
3.9.	Penhora.....	420
3.9.1.	Natureza.....	420
3.9.2.	Direito de preferência.....	421
3.9.3.	Utilidade da penhora.....	422
3.9.4.	Bens impenhoráveis.....	423
3.9.5.	Preferência entre os bens que podem ser penhorados. Ainda a primazia pela expropriação simples.....	447
3.9.6.	Onde se realiza a penhora.....	451
3.9.7.	Apreensão e depósito do bem penhorado.....	452
3.9.8.	Documentação e registro da penhora. Efeitos da averbação da penhora...	454
3.9.9.	Quem deve ser intimado da penhora.....	456
3.9.10.	Modificações da penhora.....	458
3.9.11.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira por meio eletrônico. Penhora <i>on-line</i> .....	463
3.9.12.	Penhora de créditos.....	466
3.9.13.	Penhora de quota de sociedade empresária em execução movida contra sócio.....	469
3.9.14.	Penhora de empresa e de percentual de faturamento de empresa. Penhora de estabelecimentos e de semoventes.....	470
3.9.15.	Penhora de frutos e rendimentos.....	474
3.9.16.	Penhora de quota-parte de bem indivisível.....	476
3.9.17.	Penhora e direito de superfície.....	477
3.9.18.	Penhora de ativos virtuais. Criptoativos.....	478
3.10.	Avaliação.....	479
3.11.	Modalidades de expropriação.....	482
3.12.	Adjudicação.....	483
3.13.	Alienação forçada do bem. Arrematação.....	486
3.13.1.	Natureza. Modalidades.....	486
3.13.2.	Alienação por iniciativa particular.....	488
3.13.3.	Alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial.....	489
3.13.4.	Leiloeiro.....	490

3.13.5. Fixação dos critérios a serem observados, na alienação .....	491
3.13.6. Publicidade da arrematação. Editais .....	491
3.13.7. Cientificação do executado e de terceiros .....	493
3.13.8. Legitimidade para arrematar .....	494
3.13.9. Lance mínimo. Preço vil .....	495
3.13.10. Vários interessados em arrematar e critérios para definição da proposta vencedora .....	497
3.13.11. Pagamento pelo bem arrematado .....	498
3.13.12. Conclusão e documentação do leilão .....	499
3.13.13. Peculiaridades do leilão judicial eletrônico .....	500
3.13.14. Invalidação, ineficácia, resolução e desistência da arrematação .....	502
3.14. Concurso singular de credores .....	505
3.15. Suspensão da execução .....	509
3.16. Satisfação do crédito .....	514
3.17. Remição .....	516
3.18. Extinção da execução .....	517
4. Obrigação de pagar quantia em dinheiro – Execução fundada em decisão proferida em processo civil e em outros títulos executivos judiciais. Liquidação de sentença .....	529
4.1. Perfis gerais .....	529
4.1.1. Cumprimento ou execução? .....	529
4.1.2. Distinção entre cumprimento de decisão condenatória e de decisão executiva .....	530
4.1.3. Âmbito de aplicação das regras relativas ao cumprimento de sentença .....	531
4.1.4. Pagamento realizado pelo réu antes de intimado para o cumprimento da sentença. “Execução invertida” .....	532
4.2. Títulos executivos judiciais .....	533
4.2.1. Heterogeneidade do rol de títulos executivos judiciais .....	533
4.2.2. Decisões “definitivas” e “provisórias” .....	534
4.2.3. Decisão condenatória .....	534
4.2.4. Decisão declaratória .....	535
4.2.5. Condenação e obrigação sujeita a condição ou termo. Condenação para o futuro .....	537
4.2.6. Crédito de auxiliar da justiça aprovado por decisão judicial .....	538

4.2.7.	Decisão homologatória de autocomposição.....	538
4.2.8.	Sentença penal condenatória .....	540
4.2.9.	Decisão arbitral.....	541
4.2.10.	Decisão estrangeira .....	541
4.3.	Decisão que reconhece o dever de pagar quantia ilíquida. Liquidação .....	542
4.3.1.	Excepcionalidade da apuração da extensão da obrigação em demanda autônoma.....	542
4.3.2.	Autonomia da liquidação .....	545
4.3.3.	Objeto e natureza da liquidação .....	545
4.3.4.	Limites da cognição judicial na liquidação.....	546
4.3.5.	Resultado da liquidação igual a zero .....	548
4.3.6.	Variação e cumulação das formas de liquidação.....	549
4.3.7.	Liquidação por arbitramento.....	550
4.3.8.	Liquidação pelo procedimento comum .....	551
4.3.9.	Liquidação de decisão provisória.....	551
4.3.10.	Liquidação de sentença coletiva. Definição de elementos da obrigação distintos do <i>quantum</i> .....	552
4.4.	Decisão definitiva: cumprimento e execução .....	555
4.4.1.	Necessidade de demanda, pelo exequente .....	555
4.4.2.	Competência.....	559
4.4.3.	Petição da demanda executiva: elementos formais e substanciais.....	561
4.4.4.	Juízo de admissibilidade. Verificação dos cálculos. Interrupção da prescrição.....	564
4.4.5.	Intimação do executado. Prazo para pagamento .....	565
4.4.6.	Pagamento parcial.....	567
4.4.7.	Medidas coercitivas admissíveis. Multa. Protesto da decisão judicial. Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes. Incidência da regra prevista no art. 139, IV do CPC/2015 e outras medidas executivas	567
4.4.8.	Honorários advocatícios.....	570
4.4.9.	Formas de oposição do executado no cumprimento de sentença. Impugnação ao cumprimento de sentença e arguição de matéria de defesa por simples petição (exceção de pré-executividade). Objeto e conteúdo .....	570
4.4.10.	Prazo para a oposição da impugnação .....	582

4.4.11. Atribuição de efeito suspensivo à impugnação .....	583
4.4.12. Decisão sobre a impugnação ao cumprimento de sentença. Coisa julgada. Honorários advocatícios.....	584
4.5. Cumprimento provisório de sentença que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro .....	585
5. Obrigação de prestar alimentos – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título executivo extrajudicial .....	589
5.1. Execução de alimentos fundada em título judicial. Abrangência e medidas executivas cabíveis.....	589
5.2. Apresentação da demanda, intimação e atitudes possíveis do executado. Juízo competente .....	591
5.3. Prisão civil como medida coercitiva .....	593
5.4. Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado .....	595
5.5. Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação .....	596
5.6. Constituição de capital .....	596
5.7. Execução de alimentos fundada em título extrajudicial .....	599
6. Obrigação de pagar quantia em dinheiro pela Fazenda Pública – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título extrajudicial.....	601
6.1. Perfis gerais.....	601
6.2. Procedimento da execução fundada em título judicial .....	603
6.3. Particularidades, quanto à execução fundada em título extrajudicial.....	605
7. Obrigação de fazer e de não fazer – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título executivo extrajudicial .....	607
7.1. Atuação executiva dos deveres de fazer e de não fazer. Variações. Opções do de- mandante .....	607
7.2. Abrangência .....	608
7.3. Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer .....	610
7.4. Tutela específica e resultado prático equivalente .....	612
7.5. Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, ressarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa .....	614
7.6. Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo.....	617
7.7. Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade....	617

7.8. Medidas executivas admissíveis.....	619
7.9. Multa .....	620
7.10. A prisão civil como medida coercitiva .....	624
7.11. Ordem judicial e crime de desobediência .....	625
7.12. Execução direta (ou por sub-rogação) e resultado prático equivalente.....	627
7.13. Intervenção judicial em empresa.....	627
7.14. Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título extrajudicial. Particularidades .....	628
8. Obrigação de entregar coisa – Execução fundada em decisão proferida em processo civil, em outros títulos executivos judiciais e em título executivo extrajudicial.....	633
8.1. Atuação executiva do dever de entregar coisa. Fundamento do dever de entregar coisa. Opções do demandante e medidas executivas admissíveis.....	633
8.2. Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica .....	634
8.3. Tutela específica .....	635
8.4. Direito de retenção por benfeitorias .....	636
8.5. Coisa incerta e concentração .....	637
8.6. Alienação da coisa no curso da ação .....	637
8.7. Liquidação incidental, no curso da execução fundada em título extrajudicial.....	638
8.8. Satisfação da obrigação e extinção da execução .....	639
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	641